

Comunicação Pública e a Teoria Política Feminista: um Recorte sobre a Violência Política de Gênero no Brasil¹

Fernanda Bellini Pinto²

Resumo

Objetiva-se, neste texto, refletir sobre a Comunicação Pública e a Teoria Política Feminista, apontando suas premissas para o cumprimento da democracia e também evidenciar a ocorrência da violência política de gênero no Brasil. Conceitualmente, são postas em diálogo teorias de Comunicação Pública, democracia, política feminista e violência política de gênero. Afirma-se que a Comunicação Pública é indispensável às relações dialógicas do espaço público, destacando seu importante papel na efetivação da democracia, além de ser um aparato capaz de trazer o tema da violência política contra mulheres para o debate público, bem como auxiliar no combate do problema.

Palavras-chave

Comunicação Pública; Democracia; Teoria Política Feminista; Violência Política de Gênero.

Introdução

Este estudo de caráter teórico-exploratório, tem como propósito a reflexão sobre aspectos conceituais da Comunicação Pública e da Teoria Política Feminista que estejam em consonância com a prática democrática e promovam o combate a violência política de gênero no Brasil. O objeto de estudo tomado por este texto é a violência política de gênero que ocorre na esfera política brasileira. Conforme a Lei Modelo Interamericana para Prevenir Sancionar e Erradicar a Violência Contra as Mulheres na Vida Política (2017) essa violência se traduz em qualquer ação, conduta ou omissão que cause dano ou sofrimento a uma ou várias mulheres, baseada em seu gênero, com o propósito ou resultado de depreciar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos políticos. Podendo incluir violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica, realizada diretamente ou através de terceiros.

O estudo desses dois conceitos tem como objetivo, além da reflexão, apontar suas premissas para o cumprimento da democracia e também evidenciar a ocorrência da violência política de gênero no Brasil. A proposta desse trabalho se justifica pela importância de

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Relações Públicas, Política e Sociedade, atividade integrante do XVII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Mestranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora membro do Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP) e do Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP). E-mail: nandabellini@gmail.com.

compreender as dinâmicas de poder que permeiam a sociedade e como essas dinâmicas afetam as relações de gêneros. Essas teorias permitem que se identifique e desafie estereótipos de gênero, que se promova a igualdade e que se fortaleça a democracia, uma vez que a comunicação é fundamental para um sistema democrático saudável. Ademais, o estudo dessas teorias pode contribuir para uma mudança na forma como as mulheres são representadas na mídia e na política brasileira, utilizando a Comunicação Pública como instrumento para fomentar a visibilidade e o debate público acerca do tema, assim colaborando no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Desde aqui, destacamos que compreendemos a Comunicação Pública como uma forma de comunicação que busca atender aos interesses públicos, sendo fundamental para a construção de uma sociedade democrática. Os autores consultados para este artigo entendem que a Comunicação Pública deve ser orientada pelos valores democráticos e pelos interesses da coletividade, e não apenas pelos interesses privados ou individuais. Logo, é uma comunicação que deve ser acessível e compreensível a todos os cidadãos, permitindo o diálogo e o debate público. Portanto, ela é vista como um instrumento fundamental para a participação cidadã e para a construção de uma sociedade equitativa e democrática (WEBER, 2017; WEBER; LOCATELLI, 2022; ESTEVES, 2011, MAIA, 2008).

Ao encontro da ótica da prática democrática, temos as teorias políticas feministas, que fazem uma crítica contundente à teoria política neoliberal. A teoria política neoliberal, que enfatiza a liberdade econômica e a redução do papel do Estado na economia, muitas vezes não garante os direitos das mulheres. Ao enfatizarem a liberdade individual e a autonomia, podem levar a falta de reconhecimento das questões de gênero e da interseccionalidade, como o racismo, a pobreza e a discriminação sexual. Esse fato pode acarretar na exclusão delas dos espaços de poder, limitadas ao papel servil da esfera privada. Nessa esfera, que segundo as teorias políticas liberais é um espaço “não politizado”, elas são classificadas como incapazes de pensar e fazer política. Essa “classificação” resulta em diversas desigualdades, sendo uma delas expressa na forma da violência política de gênero, caracterizando-se como uma forma extrema de repressão e exclusão da esfera política. (SPINELLI, 2018; PHILLIPS, 2013; FRASER, 2012; MIGUEL, 2014; MIGUEL, BIROLI, 2014; BIROLI, 2018).

Posto isso, elucida-se que este texto, incluindo este item introdutório, será composto por quatro seções. A segunda seção irá tratar sobre algumas conceituações da Comunicação Pública e sua relação com a democracia. A terceira apresenta um breve apanhado investigativo sobre a Teoria Política Feminista para, a partir dela, se pensar na violência política de gênero no Brasil. Por fim, na última seção serão feitas algumas considerações a partir da reflexão desenvolvida.

1. Comunicação Pública e democracia

A democracia é um dos pilares da sociedade moderna, representando a vontade popular e garantindo a igualdade de direitos e liberdades para todos os cidadãos. É um sistema político em que o poder é exercido pelo povo, geralmente através de eleições livres e regulares. Em uma democracia, as decisões políticas são tomadas com base na maioria, mas os direitos e liberdades individuais, como liberdade de expressão, são protegidos. Entende Chauí (2008), que a condição democrática de uma sociedade está instituída em algo mais complexo que a própria formulação de direitos, enquanto criação social e atividade democrática social baseadas na disputa de forças, estabelecendo-se como “contra-poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes” (CHAUI, 2008, p. 69). Enquanto a autora identifica a condição essencial para a vivência democrática próxima a diversidade de interesses, a perspectiva de democracia na sociedade de Wood (2007), revela a incipiente distribuição do poder social e o caráter passivo e despolitizado da cidadania em face à hegemonia capitalista.

Em realidade, a ênfase desta concepção de democracia não se encontra no poder do povo, mas sim em seus direitos passivos, não assinala o poder próprio do povo como soberano, mas sim no melhor dos casos aponta para a proteção de direitos individuais contra a ingerência do poder de outros (WOOD, p 419, 2007).

Embora o atual contexto político, econômico e social indique a necessidade de aprimoramento da democracia com a ampliação da participação das parcelas minoritárias excluídas dos processos deliberativos, torna-se fundamental para o desenvolvimento de vozes representativas que exista uma Comunicação Pública clara, aberta e acessível. Pois, como assevera Chauí (2008), na prática a liberdade democrática impõe a garantia, a expansão das representações sociais e a diversificação dos meios de participação como ato político que produza resultados concretos na elaboração de novos conceitos e práticas sociais. É neste viés que a Comunicação Pública constitui um canal pelo qual as informações e as opiniões são transmitidas à sociedade, permitindo ao cidadão tomar decisões embasadas em dados fidedignos. Por consequência, a interpretação e sintetização das vozes no ambiente público permite a participação esclarecida e ativa no confronto de interesses que se institui na vida política. Por essa razão, a democracia e a Comunicação Pública estão interligadas e são fundamentais para o funcionamento de uma sociedade livre e justa. Segundo Weber (2017, p. 25), a Comunicação Pública é um conceito que tem sido utilizado conforme a necessidade de

classificação de ações, discursos, produtos e publicidade dos governos, bem como para defender relações entre a sociedade, organizações mediáticas e o Estado. Também deve ser vista como um debate público, mobilizado através de temas de interesse comuns para a sociedade, instigados a partir dos poderes da República, de instituições, sistemas de mídia ou redes de comunicação que geram disputa de opiniões, ações coletivas, associações, movimentos. O uso deste conceito privilegia e potencializa a comunicação das instituições públicas. Dessa forma, ela é frequentemente associada à democracia, no entanto, nem sempre as ações estatais resultam em produtos comunicacionais direcionados ao debate público ou trazem temáticas de interesse público. Essas ações podem privilegiar interesses privados, além de não consultarem a sociedade para a tomada de decisões sobre os temas, sendo assim, ações que não tem compromisso com a prática democrática. Weber (2017) afirma que

O interesse público é a marca retórica dos discursos e das práticas das democracias, embora a sociedade possa ser alijada das decisões sobre temas de interesse público. Significa dizer que é possível haver intensas campanhas de propaganda ditas de utilidade pública sobre mudanças na educação ou na saúde, sem que a sociedade delas participe. Da mesma maneira é possível identificar a produção de informações geradas por sistemas de comunicação de instituições estatais, ou sistemas públicos de comunicação cujo teor beneficia interesses privados, se os entendermos como próprios de ações particulares de políticos, governantes e entidades que se sobrepõem ao público (WEBER, 2017, p. 26).

Portanto, é importante problematizar o conceito de Comunicação Pública, pois ele é polissêmico e pode levar à incompreensão da função da sociedade e dos públicos na formulação de políticas públicas através do debate público. Esteves (2011), traz luz ao caráter simbólico dos públicos quando os define como “redes de comunicação e espaços sociais fortemente personalizados” e anuncia o caráter comunicacional do espaço público ao dizer que são uma “poderosa rede de fluxos de comunicação que se destina a processar opiniões e a formar uma opinião pública qualificada” (ESTEVES, 2011, p. 158-200). Dessa forma, o autor define a Comunicação Pública como uma dimensão fundamental da sociedade moderna, pois ela está presente no espaço público e é divulgada pela opinião pública ou para ela, ocasionando “um efeito estruturante sobre a generalidade das práticas comunicacionais e simbólicas” (ESTEVES, 2011, p. 146). Por consequência, ela desempenha um papel importante na construção da democracia, da cultura e da identidade coletiva.

Outro aspecto importante elucidado por Weber e Locatelli (2022) sobre o conceito de Comunicação Pública é que ele é essencial para entender a interação entre comunicação e

política, já que envolve diferentes níveis de comunicação do Estado, da sociedade, do mercado, da imprensa e das mídias digitais. Baseado na esfera pública, a Comunicação Pública inclui os processos que constroem o debate público, conforme a perspectiva de Habermas (1997), e é fundamental para analisar a comunicação em regimes democráticos, onde deve estar vinculada ao interesse público. Para os autores, na democracia, a relação entre a Comunicação Pública e a política é importante porque a comunicação deve privilegiar o interesse público como objetivo das práticas comunicacionais do Estado, indo além da comunicação política. Desse modo, a Comunicação Pública não se limita à divulgação de informações governamentais, mas busca promover a participação e o diálogo entre diferentes atores sociais para construir uma esfera pública plural e democrática. Ela se opõe à comunicação governamental tradicional, que tem como objetivo controlar e manipular a informação em benefício do Estado ou de grupos políticos específicos (WEBER; LOCATELLI, 2022, s/p.).

É fundamental para a consecução da democracia que os governos e instituições estatais tornem suas ações públicas e utilizem sistemas tecnológicos e profissionais designados pela prescrição constitucional e pela normatividade da comunicação pública. Isso significa que todas as informações, propaganda, discursos políticos e produtos comunicacionais devem estar alinhados com o interesse público. Entretanto, é comum que o Estado acabe se envolvendo em disputas simbólicas e políticas em torno de seus projetos, o que pode revelar a promoção de interesses privados devido à pressão do poder, projetos políticos e ao “desejo de conquistar opiniões e uma imagem pública favorável” (WEBER; LOCATELLI, 2022, s/p.). Neste sentido, o estreitamento dos espaços e canais informativos fragilizam o campo dos discursos públicos e desequilibram a elaboração de uma pauta equânime entre as esferas de comunicação, obstaculizando a participação e a disputa justa entre interesses em que se assenta a democracia moderna (MAIA, 2008).

O contexto atual da democracia é marcado por desafios e questões críticas relacionadas à sua efetividade e legitimidade. Vista como o sistema político eficaz para garantir a liberdade, a igualdade e a participação política dos cidadãos, recebe questionamentos quanto a sua legitimidade enquanto produto do sistema econômico, político e social em que está inserida. Colabora com esta ideia Boaventura de Souza (1998), ao explicar que a obrigação política moderna tem em sua expressão uma tensão dialética entre a regulação social e a emancipação social, o interesse particular e o bem comum, oferecendo a partir daí reflexões sobre o contexto adverso à livre representação de ideias no campo público.

A Comunicação Pública é vital ao interesse coletivo e revela o caráter dialógico do exercício democrático, pois é através dela que as informações são transmitidas e que as opiniões

e as vozes dos cidadãos são expressas e debatidas, configurando-os como o legítimo alvo das ações públicas. Ela é crucial para a formação da opinião pública e para o fortalecimento da participação política, importante para a promoção da tolerância e do diálogo entre diferentes grupos da sociedade com necessidades e expectativas distintas. Por outro lado, afeta e é afetada pelas mesmas questões contraditórias que a democracia liberal dispõe, na qual observa-se a falta de diversidade de vozes e perspectivas, além do convívio com a fragmentação das informações produzidas pelos atores públicos.

2. Teoria Política Feminista e a Violência Política de Gênero no Brasil

A Teoria Política Feminista se desenvolveu a partir do final da década de 70, conjuntura em que ocorreu a segunda onda do feminismo, caracterizada por um grupo de forte mobilização política e de grande produção teórica. O feminismo e a teoria política se cruzam e passam a se correlacionar, uma vez que o feminismo traz uma nova perspectiva onde o gênero é alçado, enquanto categoria de análise, a questões fundamentais da teoria política. Pois, tratando-se de categoria de análise, propõe refletir sobre a produção e reprodução do conhecimento no campo científico possibilitando transcender o aspecto dual do gênero e conferindo objetividade aos estudos feministas (HARDING, 1993, p. 13-14). Neste sentido, o desenvolvimento teórico do feminismo retrata a acumulação de perspectivas que consideram, especialmente, os fatores econômicos, políticos e culturais, centrais as expressões da questão de gênero na atualidade.

Com base em diversos estudos feministas, observa-se o caráter político do papel da mulher nas questões de igualdade, opressão, direitos e hierarquia, produzindo uma crítica contundente à teoria liberal e sua relação entre o público e privado, indivíduo e grupo, liberdade individual e intervenção estatal, igualdade e diferença, entre outras. Para Phillips (2013, p. 340), “o feminismo tem sido visto como um acréscimo de peso decisivo às críticas à democracia liberal e tem considerado essa tradição como particularmente resistente às preocupações de gênero”, na medida em que trata igualmente as diferenças homogeniza as relações sociais e subalterniza a condição feminina.

Com efeito, para os liberais o papel da mulher está designado a esfera privada e o dos homens a esfera pública, sendo a esfera pública politicamente ativa e a esfera privada não politizada. No círculo de influência que lhe coube de domínio íntimo, a mulher é considerada secundária a participação ativa na esfera pública, no pensar e na discussão política. Condição que emerge das bases teóricas do liberalismo, da construção da ideia de contrato social e consequentemente da naturalização da dominação masculina sobre as mulheres, no âmbito

privado e público, tendo em vista que o sujeito do contrato é reconhecidamente o ser de gênero masculino (SPINELLI, 2018). O esmaecimento das necessidades, diferenças e problemáticas femininas, nesta lógica, são previsíveis, somente as questões masculinas tomam relevância, pois insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma (PHILLIPS, 2013, p. 341), ou, quando muito permitem o surgimento de debate sobre a condição feminina condicionado aos marcos e parâmetros próprios do sistema.

Ao compreender este viés do pensamento liberal, transversal às relações sociais cotidianas, identifica-se as injustiças reproduzidas pelo padrão hegemônico, cujos valores androcêntricos impactam decisivamente a caracterização do feminino na sociedade. As lutas feministas e o movimento que assume as reflexões sobre gênero questionam este padrão. Nas concepções de Fraser (2012) e Phillips (2009, 2013), a discussão acerca da problemática feminina na sociedade, não deve abandonar os princípios de classe, nem tão pouco diminuir as diferenças culturais na construção do gênero. Phillips, ao comentar os argumentos de Fraser, no que tange a complementaridade entre as duas linhas teóricas, faz referência a injustiça econômica e a cultural como substâncias da questão:

As injustiças econômicas a que Fraser se refere estão enraizadas na estrutura político-econômica da sociedade: exploração, marginalização econômica, e a mais severa privação, que impede que as pessoas tenham um padrão de vida adequado. A correção para tais injustiças encontra-se no que Fraser (a despeito das restrições de Marx!) denomina redistribuição – redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, democratização das decisões de investimento, transformação das estruturas econômicas básicas. As injustiças culturais, por contraste, têm suas raízes na ordem cultural ou simbólica: a dominação que sujeita os membros de um grupo cultural a padrões de interpretação e comunicação associados a uma cultura estranha ou hostil; o não-reconhecimento das próprias interpretações culturais, tão frequentemente associadas a isso; a rotineira difamação, calúnia e desrespeito com que pessoas são tratadas em razão de sua sexualidade, gênero ou raça (PHILLIPS, 2013, p. 229)

A combinação destas duas óticas se expressa como categoria de duas dimensões, as quais Fraser (2012), apresenta como esferas de redistribuição e de reconhecimento de gênero, a primeira vinculada a economia, a segunda a cultura. Reconhece a influência de uma sobre a outra, embora divise a dinâmica própria de cada uma delas. Para tanto, prescreve ações diferenciadas para combater a injustiça de gênero. Ações que entendam a sincronicidade entre as duas frentes analisadas e desenvolva movimentos combinados que afrontem as estruturas conservadoras no âmbito da política feminista. Nas palavras de Fraser (2012):

Nos encontramos ante una categoría que es un compuesto de estatus y de clase. La “diferencia” de género no sólo se construye simultáneamente a través de desigualdades económicas y de patrones institucionales de valor cultural, sino que la mala distribución y la falta de reconocimiento son fundamentales para entender el sexismo. La implicación que esto tiene para la política feminista está clara. Combatir la subordinación de las mujeres requiere un enfoque que combine una política de redistribución con una política del reconocimiento (FRASER, 2012, p. 274).

A reflexão da autora é complementada com a ideia de que o sistema econômico ao dificultar a equidade participativa e social de gênero, institucionaliza a má distribuição dos recursos produzidos socialmente, enquanto a manutenção do status social de inferioridade atribuído às mulheres, por outro lado, institucionaliza a falta de reconhecimento da condição feminina no conjunto social: “*En cualquiera de los dos casos el resultado es un sistema de género moralmente indefendible*” (FRASER, 2012, p. 276).

2.1. A violência política de gênero no Brasil

Fraser (2012) certamente observa o atual movimento conservador (moral e religioso) que permeia a política neoliberal, que tende a interferir nas formas do indivíduo ser e se expressar no mundo. O domínio das subjetividades que está em curso propõe o apagamento de toda e qualquer forma de reflexão e mobilização acerca de desigualdade de gênero, feminismo e sexualidade. Um exemplo disso foram as ofensivas radicais do governo de Jair Bolsonaro em relação ao debate sobre gênero e sexualidades. O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), com a justificativa de corte de gastos, extinguiu e fundiu ministérios em um só, reformulando a organização ministerial e optando em fragilizar as frentes públicas de combate às injustiças de gênero. O Ministério de Direitos Humanos passou a chamar-se Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. Este Ministério, regido por Damares Alves, ficou conhecido pelo tom reacionário e pela retórica conservadora, com ataques à chamada “ideologia de gênero”. Em março de 2020, foi relançada na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. Os principais objetivos dessa iniciativa, cujo evento de relançamento contou com a presença e apoio da ministra Damares, foram aprovar o Estatuto da Família, o Estatuto do Nascituro e a PEC 29/2015, considerados uma série de retrocessos em matéria de gênero e sexualidade. O Estatuto da Família restringiria a definição de núcleo familiar apenas para aqueles constituídos por homem e mulher; já o Estatuto do Nascituro

incorpora a ideia de desestimular os abortos em quaisquer casos; e a PEC nº 29, de 2015, conhecida como PEC da Vida, visa alterar “o art. 5º da Constituição Federal para explicitar que o direito à vida é inviolável desde a concepção” (Proposta de Emenda à Constituição nº 29) (CUNHA, 2020, p. 52-53).

Essa “antipolítica de gênero” se configura como um ataque à democracia, pois é embasada na visão unilateral político religiosa, que desconsidera a opinião, a cultura, as diferenças de classe e a sexualidade do restante da população brasileira. Phillips corrobora esse pensamento quando diz:

As mulheres frequentemente falam no espetáculo de uma legislatura predominantemente masculina que decide se o aborto deve ser descriminalizado e observam com amargura que são elas que engravidam e que têm que cuidar da criança. De todas as questões políticas nas quais o gênero é pertinente, essa é a mais impressionante – e a relativa exclusão das mulheres das arenas onde essas decisões são tomadas é um exemplo ultrajante de quão pouco democráticas são as nossas democracias (PHILLIPS, 2013, p. 358).

Neste contexto, em que se entrecruzam os fatores sociais e econômicos como dinamizadores da atual condição feminina nota-se a fragilização dos espaços políticos de manifestação e revelam os valores hegemônicos de gênero onde a ordenação branca e masculina prevalece. A ultra radicalização destes valores definem a violência política de gênero, que se expressa como prática de opressão e sujeição que resultaram na marginalização, estigmatização, estratificação social, exclusão e, até mesmo, no assassinato de mulheres, sejam elas candidatas a cargos eletivos, parlamentares ou ex-parlamentares. Em 2015, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Declaração sobre a Violência e o Assédio Político contra as Mulheres, como resultado da necessidade de prestar atenção especial aos casos de violência política direcionada às mulheres. Segundo este documento, a violência política contra as mulheres pode envolver qualquer ação, comportamento ou omissão, individual ou coletiva, que tenha como objetivo negar, impedir ou restringir seus direitos políticos com base no seu gênero. Esse tipo de violência também tem o efeito de negar a condição de sujeitos políticos das mulheres e desencorajar o exercício e a continuidade de suas carreiras políticas. No ano de 2017, a OEA criou a Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres na Vida Política.

No Brasil, foram implementadas algumas iniciativas de apoio à candidatura de mulheres. As cotas eleitorais foram criadas em 1995, por meio da Lei nº 9.100, apenas para as

eleições municipais, que determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres. Em 1997, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504) passou a prever a reserva de vagas para a participação das mulheres nos cargos proporcionais. Em 1999, a Lei nº 12.034 (primeira minirreforma eleitoral) criou uma cota de 30% de candidaturas para mulheres, obrigando que as candidaturas aos cargos proporcionais de deputado federal, estadual ou distrital e vereador, fossem preenchidas (e não apenas reservadas) com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cidadãos de cada sexo. No entanto, verificou-se que os partidos lançavam candidaturas de mulheres apenas para preencher a cota, sem investir em suas campanhas (BRASIL, 2014).

Assim, para as Eleições Gerais de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução TSE nº 23.553/2017, estabeleceu que os partidos políticos reservassem ao financiamento de campanhas de suas candidatas no mínimo 30% do total de recursos do Fundo Partidário. A norma também determinou que os recursos do Fundo Partidário devem ser destinados à criação e manutenção de programas que promovam e difundam a participação política das mulheres. Esses programas devem ser criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido político ou, caso essa secretaria não exista, pelo instituto ou fundação de pesquisa, doutrinação e educação política mencionados no inciso IV. O percentual exato a ser destinado será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, mas nunca pode ser inferior a 5% do total.

E na tentativa de ampliar a diversidade e incentivar a participação feminina, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional 111, de 2021, que aumenta os recursos do Fundo Partidário e do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanha) para partidos com mais mulheres e negros candidatos (BRASIL, 2019).

Os dados sobre a violência política de gênero são alarmantes, segundo o Censo das Prefeitas Brasileiras (2018), do Instituto Alziras, que ouviu 45% das 649 das prefeitas eleitas em 2016, 53% das prefeitas sofreram assédio ou violência política pelo simples fato de serem mulheres. Na segunda edição da pesquisa foram entrevistadas 42% das 673 prefeitas em exercício (a partir de 2021), sendo que 58% delas relataram ter sofrido abusos, cinco pontos percentuais a mais que na edição anterior. Marina Barros, diretora e cofundadora do Instituto Alziras afirma que “a sensação dessas prefeitas é a de que a violência política de gênero vem aumentando no país. E isso é reflexo da maior inserção das mulheres na política. A violência é uma forma de o sistema político expelir essas mulheres que estão ocupando postos de poder e de tomada de decisão” (GOMES, 2022, s/p.). Outro estudo interessante, chamado “Violência Política e Eleitoral no Brasil: Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020”, foi realizado pelas organizações sociais de direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global, de

autoria de Élide Lauris e Maurício Hashizume (2020). Neste estudo foram mapeados 327 casos ilustrativos de violência política, onde foram verificados os seguintes fatos sobre os abusos sofridos pelas mulheres: (1) nove (7%) foram assassinadas ou sofreram atentados no período, (2) somaram um total de 31% dos casos de ameaças, sendo que as vítimas preferenciais nos casos de ameaça difusa mapeados são as deputadas federais mulheres, (3) contabilizaram 18% dos casos de agressões, (4) em 76% das situações as mulheres foram vítimas de ofensas, onde nove desses casos de ofensas misóginas se dirigiram a mulheres políticas negras. Ainda sobre o estudo (2020), ele nos evidencia que

Das situações de violência mapeadas pela pesquisa, a vitimização de mulheres apresenta características bem específicas. Vítimas preferenciais das ofensas, as mulheres políticas enfrentam formas específicas de agressões, como as violências físicas infligidas por seus pares ou por terceiros ou ameaças massivas virtuais. Nos casos em que foi possível identificar o sexo do autor da violência, os homens aparecem como autores em 100% dos casos de assassinatos, atentados e agressões e em mais de 90% dos casos de ameaças e ofensas... Menos expostas a assassinatos e atentados, as mulheres na política são submetidas a um cenário cotidiano de ameaças, (micro e macro) agressões, humilhações e ofensas. Enquanto o corpo físico do homem é um alvo central de ataque, na lógica do oponente político que precisa ser eliminado, a baixa representação de mulheres na política e a estigmatização do seu papel levam a uma dinâmica de não reconhecimento das mulheres como iguais, o que faz com que sua dignidade seja o principal alvo de ataque (LAURIS; HASHIZUME, 2020, p. 51-52).

Com o crescente número de episódios de violência política de gênero, em junho de 2021, o Observatório Nacional da Mulher na Política foi criado pela Portaria nº 012 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de “produzir, agregar e disseminar conhecimento acerca da atuação política de mulheres no Brasil e sobre o processo de construção e fortalecimento do seu protagonismo político”. Em setembro de 2022, o Observatório foi incluído como estrutura da Secretaria da Mulher, por meio da Resolução da Câmara dos Deputados nº 035/2022 (BRASIL, 2022a). Poucos meses depois da criação do Observatório foi instituída, em agosto de 2021, a Lei 14.192/21, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. O projeto, de autoria da deputada Rosângela Gomes (Republicanos-RJ), apoiado pela bancada feminina do Senado, foi resultado de uma colaboração entre vários setores da sociedade, uma união entre terceiro setor, Defensoria Pública brasileira, Ministério Público, magistratura, mulheres defensoras, promotoras e juízas (BRASIL, 2021). A ideia da Lei é “assegurar resposta rápida aos casos de violência contra mulheres que são ameaçadas,

constrangidas ou impedidas de exercer seus mandatos ou direitos políticos”. Desde a sanção da lei, o Ministério Público Federal contabilizou, até novembro de 2022, 112 procedimentos relacionados ao tema. Foi constatado que dentro do período de 15 meses, a cada 30 dias, ocorreram sete casos envolvendo comportamentos para humilhar, constranger, ameaçar ou prejudicar uma candidata ou mandatária em razão de sua condição feminina (BRASIL, 2022b). Também foi criado, em dezembro de 2021, pela Vice-Procuradoria-Geral Eleitoral (órgão do Ministério Público Federal), um grupo de trabalho para combater a violência política de gênero.

Infelizmente, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer no combate à misoginia na esfera política, bem como na sociedade como um todo. São inúmeros os desafios para modificar o sistema patriarcal brasileiro, e para tal, Miguel (2014, p. 102) acreditar ser necessário uma ruptura do papel de subalternidade da mulher, que a sujeita à violência e à humilhação, através da revisão dos privilégios masculinos que foram moldados por uma sociedade estruturada pela dominação do homem. Miguel e Biroli (2014, p.151) atentam para o fato de que as teorias políticas feministas não disponibilizam uma solução pronta para todos os problemas e que englobe todos os dilemas, mas concomitantemente, qualquer solução a ser desenvolvida parte da teoria política feminista. É necessário destacar também a existência de uma via de mão dupla da luta política: “a pauta feminista e das mulheres é fundamental na luta pela democracia, pelo Estado de direito e pela igualdade”; em contrapartida, “sem democracia e sem estado de direito as bandeiras e os direitos das mulheres não têm espaço para se concretizarem” (MALUF, 2021, p. 155).

No âmbito comunicacional, é notório que a teoria política feminista precisa ser difundida e compreendida pela sociedade, para que temáticas como a violência política de gênero sejam debatidas e consequentemente combatidas. Maia (2008, p.214) considera que “para a busca da justiça democrática faz-se necessário que os interesses e as reivindicações de diferentes grupos sejam processados em contextos públicos, isto é, em arenas públicas ampliadas”. Dessa forma, a Comunicação Pública é a ferramenta necessária para dar visibilidade ao tema e tornar possível a existência de arenas públicas para debate.

Considerações Finais

A investigação feita no presente artigo, sobre a Comunicação Pública como uma esfera de domínio comunicacional na sociedade moderna, indica sua atuação e frequência

indispensáveis às relações dialógicas presentes no espaço público. Mostra que esta mantém uma conexão íntima com a opinião pública, estruturando a generalidade das práticas de comunicação e de seus símbolos, evidenciando-se seu importante papel na efetivação da democracia. Canal que contribui para a ampliação e diversificação das representações sociais no campo político, assume os processos que constroem o debate público. Neste sentido, evidencia-se a interação entre comunicação e política, que envolve diferentes níveis de comunicação da sociedade, Estado e o terceiro setor. Na mesma direção da busca pelo cumprimento da democracia segue a Teoria Política Feminista, que reivindica não somente a representação social da mulher na esfera política, mas também a garantia dos seus direitos, a distinção de suas questões e sua participação efetiva na vida pública e política. Nessa lógica, é interessante perceber a convergência dos princípios da Comunicação Pública e da Teoria Política Feminista, pois ambos visam estabelecer contato com todas as camadas da sociedade, principalmente das ditas “minorias”, a favor de um Estado democrático de direito.

A falta de representatividade feminina na política institucional é um tema discutido globalmente devido à baixa presença de mulheres em cargos políticos, tanto em democracias consolidadas quanto em recentes. Essa ausência de equidade de gênero nos cargos políticos pode resultar em problemas para o sistema democrático, pois exclui a perspectiva e os interesses das mulheres nas decisões, afetando a representação de suas prioridades e experiências de vida. No entanto, diversos estudos afirmam que a inclusão de diferentes identidades nos processos decisórios, incluindo mulheres e outros grupos, pode trazer resultados positivos para a elaboração e implementação de políticas públicas, beneficiando a sociedade como um todo.

Como posto anteriormente, a violência política de gênero é uma das facetas dos diversos tipos de desigualdades sofridas pelas mulheres. Ao pensarmos no papel servil imposto pelo patriarcado, o qual impossibilita a investidura das mulheres em cargos de poder, fica nítido o papel dessa violência para a manutenção desse *status quo*. Ao sofrer os abusos, elas ficam impelidas a não participar dos processos políticos, tornando desigual a balança dos direitos entre os sexos. Para Miguel (2014), “o feminismo denuncia que, negligenciados por um ‘universal’ que se estabelece a partir da vivência dos homens, esses fenômenos tendem a ser vistos como *handicaps* que as mulheres precisam superar para entrar na esfera pública” (MIGUEL, 2014, p. 6). Como observa a autora Wendy Brown (2020, p. 39), o ataque neoliberal ao social é primordial para “gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima”.

Considerando a relevância do tema e o impacto do mesmo para um sistema desigual e antidemocrático, é de suma importância que a violência política de gênero seja pauta dos

debates públicos, fazendo parte da agenda comunicacional do Estado. A violência, seja contra mulheres parlamentares, ex-parlamentares ou candidatas a cargos eletivos, é assunto de interesse público, o qual deveria ser tratado com a devida atenção pelo Estado, ganhando visibilidade através da Comunicação Pública. Uma vez que essa pauta esteja inserida no debate público, a sociedade terá a possibilidade de trazer suas demandas e reivindicações, bem como tornar essa violência passível de combate por meio das suas deliberações. Nesta direção, Biroli (2018) fala que “não há democracia sem igualdade de gênero e respeito à diversidade”. Argumenta a autora que todos “que atuam na política brasileira têm responsabilidade importante na construção de um país em que esses valores estejam presentes no cotidiano e nas nossas instituições” (BIROLI, 2018, p. 9). Da mesma forma a sociedade civil deve se posicionar, cobrando o debate dessa pauta e a criação de políticas públicas que possibilitem a investidora das mulheres em cargos eletivos.

Referências

BIROLI, Flávia. Apresentação. In: INSTITUTO ALZIRAS. **Perfil das prefeitas no Brasil:: mandato 2017-2020. mandato 2017-2020.** 2018. Disponível em: <http://prefeitas.alziras.org.br/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política.** São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. AGÊNCIA SENADO. **Senado aprova regras para coibir violência política contra a mulher.** 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/13/senado-aprova-regras-para-coibir-violencia-politica-contra-a-mulher>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portaria e resolução de criação do Observatório.** 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/institucional/portaria-de-criacao>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Jeferson Melo. Agência CNJ de Notícias. **Violência política de gênero: brasil registra sete casos a cada 30 dias. Brasil registra sete casos a cada 30 dias.** 2022. Edição: Sarah Barros. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencia-politica-de-genero-brasil-registra-sete-casos-a-cada-30-dias/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Faltam 23 dias: partidos devem respeitar cota de gênero para candidaturas.** 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Setembro/faltam-23-dias-partidos-devem-respeitar-cota-de-genero-para-candidaturas?>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014.** 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em: 11 out. 2022a.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Cresce número de mulheres candidatas e eleitas no pleito de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/16/cresce-numero-de-mulheres-candidatas-e-eleitas-no-pleito-de-2020>. Acesso em: 14 ago. 2022b.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politéia, 2020, pp.109 – 150.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES. Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI). Ley Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en la Vida Política. Comité de Expertas del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI), 2017.

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. **Revista de Estudios Brasileños**, Salamanca, v. 7, n. 14, p. 49-61. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/download/176467/163971/441901>. Acesso em: 01 nov. 2022.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed.34, 2002, pp. 59 – 78.

GOMES, Bianca. Censo das Prefeitas aponta aumento da violência política e assédio entre 2016 e 2020. **O Globo**. São Paulo, 27 abr. 2022. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cento-das-prefeitas-aponta-aumento-da-violencia-politica-assedio-entre-2016-2020-1-25492383>. Acesso em: 30 jan. 2023.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria política feminista. Trad. de Vera Pereira. **Estudos Feministas**, n.1, 1993, pp.7-31.

INSTITUTO ALZIRAS. **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020**. mandato 2017-2020. 2018. Disponível em: <http://prefeitas.alziras.org.br/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício. **Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020**. Coordenação : Élida Lauris, Sandra Carvalho, Gláucia Marinho e Darci Frigo. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. 129 p. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/index?download=1>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MAIA, Rousiley C. M. Visibilidade democrática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C M. **Comunicação e Democracia: problemas e desafios**. São Paulo, Paulus, 2008.

MALUF, S. W. O golpe de 2016, as mulheres e o futuro da democracia: neoliberalismo, desigualdade e misoginia. **Saeculum – Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 45, p. 140–158, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/59101>. Acesso em: 8 nov. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Conclusão. A política do feminismo. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

OKIN, Susan M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2008, vol.16 (2), pp. 305 - 332.

PHILLIPS, Anne. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? In: **Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP): Dossiê Gênero e Política**, n.2 Brasília, jul./dez. 2009, pp. 223 – 240.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luís F.; BIROLI, Flavia, (orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2013, pp. 251 – 263.

REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. MonitorA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. São Paulo, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. 1998. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11002/1/Reinventar%20a%20Democracia.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023

SPINELLI, L. M. O POTENCIAL CRÍTICO DA TEORIA POLÍTICA FEMINISTA: gênero enquanto categoria de análise. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 6, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30184>. Acesso em: 1 nov. 2022.

WEBER, Maria Helena; LOCATELLI, Carlos. Realidade e limites da pesquisa empírica em comunicação pública. **Matrizes**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 141-159, 9 maio 2022. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p141-159>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/183849/183899#info>. Acesso em: 30 jan. 2023.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e democracia. et. al.. **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.